



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

12/06/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. AÇÕES TJMA.....	1 - 2
1.2. DECISÕES.....	3
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	4 - 5
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. AÇÕES TJMA.....	6
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. JUÍZES.....	7
4.2. PLANTÃO NO TJMA.....	8
4.3. SERVIDOR PÚBLICO.....	9
4.4. VARAS DA FAZENDA PÚBLICA.....	10 - 12
5. JORNAL O DEBATE	
5.1. JUÍZES.....	13
5.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	14 - 15
6. JORNAL O IMPARCIAL	
6.1. JUÍZES.....	16
6.2. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	17 - 18
7. JORNAL O PROGRESSO	
7.1. DECISÕES.....	19
8. JORNAL PEQUENO	
8.1. AÇÕES TJMA.....	20
8.2. DECISÕES.....	21 - 23
8.3. JUÍZES.....	24 - 25
8.4. PLANTÃO NO TJMA.....	26
8.5. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	27
8.6. VARAS CRIMINAIS.....	28

MAGISTRADO PIONEIRO NA IMPLANTAÇÃO DO DEPOIMENTO ESPECIAL MINISTRA CURSO EM SÃO LUÍS



➡ O desembargador José Antônio Daltoé Cezar foi homenageado com a medalha dos 200 anos do TJMA

Pág. 4

Magistrado pioneiro na implantação do depoimento especial ministra curso em São Luís



O desembargador José Antônio Daltoé Cezar foi homenageado com a medalha dos 200 anos do TJMA

Pioneiro na implantação do “depoimento especial” – serviço de escuta especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes – o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, José Daltoé Cezar, visitou o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde foi recebido por desembargadores da Corte.

O magistrado é palestrante do “Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência”, promovido pela Escola de Magistratura do Maranhão (ESMAM), do qual participam cerca de

30 juízes da infância e da juventude de todo o Estado.

Durante a visita, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, informou sobre os projetos especiais desenvolvidos pela corte estadual na área da infância e juventude. “Até o fim do ano esperamos ter um total de dez salas de depoimento especial no Maranhão. Até o momento, o serviço já funciona em São Luís, Imperatriz e Coelho Neto”, declarou a presidente do TJ.

Segundo Daltoé, o trabalho de implementação das salas de depoimento especial está evoluindo em

todo o Brasil, para que a população alvo do projeto seja melhor atendida. E o Maranhão, é, proporcionalmente à sua população, um dos estados que mais avançaram na instrumentalização das varas da infância e juventude com esse recurso.

“É preciso incentivar a consciência dos juízes da infância e da juventude sobre a necessidade de possibilitar a assistência especial às crianças e adolescentes”, acrescentou o desembargador.

Para o desembargador Jamil Gedeon, uma das dificuldades encontradas pelo Judiciário na execução do

projeto é dotar cada vara da infância e juventude do Estado dos instrumentos de gravação das audiências e da equipe interdisciplinar necessária para a tomada do depoimento especial.

Ao final da visita, o desembargador Daltoé foi agraciado com a Medalha Especial dos 200 Anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregue pela presidente do TJMA, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo magistrado à Justiça brasileira.

Participaram da reunião, no gabinete da presidência, os desembargadores Jamil Gedeon, coordenador da infância e juventude; Cleonice Cunha, Kleber Costa e Ricardo Duailibe, e os juízes Nilo Ribeiro, auxiliar da presidência, e Karla Jeanne, instrutora do curso.

CURSO - O objetivo do “Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência” promovido pelo TJMA é capacitar os magistrados na coleta adequada de depoimento de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos especiais que respeitam a integridade da vítima, viabilizem maior responsabilização dos réus e contribuam para a redução dos crimes.

Município tem que garantir consultas e exames a pacientes

O município de Açailândia deve providenciar exame de Endoscopia Digestiva Alta (EDA) e atendimento médico nas áreas de otorrinolaringologia e neurologia para dois pacientes que recorreram à Justiça por não terem sido atendidos pela rede de saúde. A determinação é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença de 1º grau.

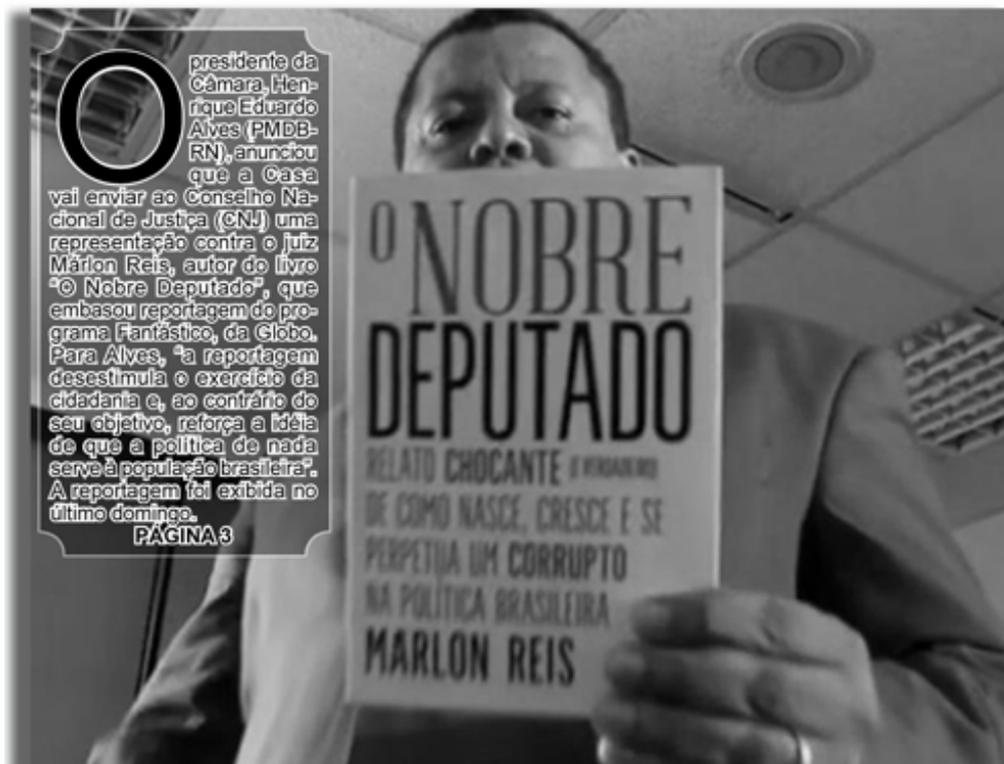
Em sua defesa o município alegou que, no caso do exame de EDA e da consulta

com médico otorrino, ser da Justiça Federal a competência para conhecer e julgar a questão. Apontou a inexistência nos autos de qualquer prova da indispensabilidade do exame requerido.

Com relação à viabilização da consulta com neurologista, afirmou não haver provas de que foi buscada a via administrativa para marcação de consulta, ressaltando que a prioridade no atendimento violaria os direitos de outras pessoas com necessidades mais urgentes.

LIVRO BOMBA

CÂMARA AMEAÇA LEVAR JUIZ MARANHENSE AO CNJ



O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), anunciou que a Casa vai enviar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma representação contra o juiz Marlon Reis, autor do livro "O Nobre Deputado", que embasou reportagem do programa Fantástico, da Globo. Para Alves, "a reportagem desestimula o exercício da cidadania e, ao contrário do seu objetivo, reforça a ideia de que a política de nada serve à população brasileira". A reportagem foi exibida no último domingo.

PÁGINA 3

 LIVRO BOMBA

Câmara ameaça levar juiz maranhense ao CNJ

O presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), anunciou que a Casa vai enviar ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) uma representação contra o juiz Márlon Reis, autor do livro "O Nobre Deputado", que embasou reportagem do programa Fantástico, da Globo. Para Alves, "a reportagem desestimula o exercício da cidadania e, ao contrário do seu objetivo, reforça a ideia de que a política de nada serve à população brasileira". A reportagem foi exibida no último domingo.

No livro, o magistrado — idealizador do projeto da lei da Ficha Limpa — descreve a prática de um personagem chamado Cândido Peçanha, um deputado que faz tudo pelo poder. "É a representação de parlamentares que existem, que ocupam grande parte das cadeiras parlamentares do Brasil e que precisam deixar de existir", disse Márlon Reis, ao Fantástico.

Para criar o personagem, Márlon Reis ouviu histórias reais de mais de 100

pessoas que transitam no mundo político. Entre elas, segundo a reportagem, um ex-deputado federal que vai se candidatar novamente nas eleições deste ano.

Henrique Alves criticou o uso, na reportagem, de imagens das sessões da Câmara para ilustrar a atuação do corrupto fictício. "As diversas alusões a um deputado fictício, associadas a repetidas imagens do plenário da Câmara e do Palácio do Congresso, trazem exercício impróprio do direito de informar. Sem possibilitar o direito de defesa, vilipendiam a imagem do Parlamento", criticou.

Alves ressaltou ainda que as denúncias verdadeiras mostradas na reportagem — desvio de verbas de merenda escolar e de asfaltamento — não podem ser atribuídas ao Congresso. E disse ainda que a liberação de emendas parlamentares é responsabilidade exclusiva do poder Executivo federal.

Henrique Alves foi apoiado pelos deputados, que também sugeriram outras

providências. "A matéria faz uma acusação genérica através de informações de um livro de um juiz e de um pseudoassessor. É preciso que a procuradoria [da Câmara] investigue e não fique nessa acusação generalizada", disse Colbert Martins (PMDB-BA).

O deputado Fernando Ferro (PT-PE) sugeriu que a Câmara peça direito de resposta à Globo, pois "o discurso do presidente da Câmara não vai ter a mesma repercussão porque não foi divulgado no mesmo horário".

Para o líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ), a Câmara precisa processar o autor do livro para ter reparação. Ele acusou o juiz de fazer "propaganda" do seu livro. "Esse cidadão foi leviano com esta Casa e achacou contra a honra de 513 deputados com suposições, como se todos fôssemos responsáveis pela conduta de um parlamentar que não identifiquei".

A líder do PCdoB, deputada Jandira Feghali (RJ), sugeriu que o presidente da

Câmara faça um pronunciamento em cadeia nacional para defender o Parlamento. "É inaceitável que um membro de outro poder ataque esta Casa", disse.

Vice-presidente da Câmara, o deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP) afirmou que a Casa deveria instalar uma comissão geral e convidar o juiz Marlon Reis para apresentar nomes dos parlamentares envolvidos em casos de corrupção. "E convidamos também um representante da emissora que lhe deu voz. Isso seria oportuno para ele mostrar sua valentia na nossa frente". O líder do DEM, deputado Mendonça Filho (PE), classificou a denúncia de Reis como "gravíssima". "Não se pode destruir a imagem do Parlamento de forma generalizada", criticou.

Na reportagem, Márlon Reis afirmou que "para ser eleito, é preciso pagar, comprar apoio político" e que "essa é a base dos gastos de campanhas eleitorais". Segundo ele, a maior parte do dinheiro desviado sai de emendas parlamentares.

Magistrado pioneiro na implantação do depoimento especial ministra curso em São Luís



Ao final da visita, o desembargador Daltoé foi agraciado com uma Medalha

Pioneiro na implantação do "depoimento especial" - serviço de escuta especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes - o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, José Daltoé Cezar, visitou o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde foi recebido por desembargadores da Corte.

O magistrado é palestrante do "Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência", promovido pela Escola de Magistratura do Maranhão (ESMAM), do

qual participam cerca de 30 juízes da infância e da juventude de todo o Estado.

Durante a visita, a presidente do TJMA, desembargadora Cleonice Freire, informou sobre os projetos especiais desenvolvidos pela corte estadual na área da infância e juventude. "Até o fim do ano esperamos ter um total de dez salas de depoimento especial no Maranhão. Até o momento, o serviço já funciona em São Luís, Imperatriz e Coelho Neto", declarou a presidente do TJ.

Segundo Daltoé, o trabalho de implementação das salas de de-

poimento especial está evoluindo em todo o Brasil, para que a população alvo do projeto seja melhor atendida. E o Maranhão, é, proporcionalmente à sua população, um dos estados que mais avançaram na instrumentalização das varas da infância e juventude com esse recurso.

"É preciso incentivar a consciência dos juízes da infância e da juventude sobre a necessidade de possibilitar a assistência especial às crianças e adolescentes", acrescentou o desembargador.

Para o desembargador Jamil Gedeon, uma das dificuldades encon-

tradas pelo Judiciário na execução do projeto é dotar cada vara da infância e juventude do Estado dos instrumentos de gravação das audiências e da equipe interdisciplinar necessária para a tomada do depoimento especial.

Ao final da visita, o desembargador Daltoé foi agraciado com a Medalha Especial dos 200 Anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregue pela presidente do TJMA, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados pelo magistrado à Justiça brasileira.

Participaram da reunião, no gabinete da presidência, os desembargadores Jamil Gedeon, coordenador da infância e juventude; Cleones Cunha, Kleber Costa e Ricardo Duailibe, e os juízes Nilo Ribeiro, auxiliar da presidência, e Karla Jeanne, instrutora do curso.

CURSO - O objetivo do "Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência" promovido pelo TJMA é capacitar os magistrados na coleta adequada de depoimento de crianças e adolescentes em situação de violência, por meio de métodos especiais que respeitam a integridade da vítima, viabilizem maior responsabilização dos réus e contribuam para a redução dos crimes.

Prefeitura terá de emitir boletos de IPTU com valores de 2013

Determinação é da juíza Luzia Madeiro Neponucena e vale só para apartamentos de um condomínio no bairro Olho d'Água

A juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luzia Madeiro Neponucena, determinou que a Secretaria Municipal da Fazenda de São Luís (Semfaz) emita novos boletos de IPTU aos proprietários de apartamentos de um condomínio residencial no Bairro Olho d'Água, levando em consideração os valores da base de cálculo do imposto de 2013.

A magistrada concedeu liminar em mandado de segurança impetrado pelos moradores que tiveram um aumento de mais de 100% no valor do imposto, sem que a Prefeitura tenha realizado qualquer estudo que comprovasse o aumento do valor venal dos imóveis.

Os moradores alegam que a Prefeitura atualizou os dados de todas as unidades do condomínio, localizado na Avenida dos Holandeses, passando a classificá-lo de padrão médio para alto, sem qualquer estudo, levantamento, parecer ou laudo para embasamento de tais modificações. Reclamam que a atualização dos dados baseou-se apenas em fotografia retirada da parte frontal do condomínio, o que, conforme os impetrantes, é insuficiente para comprovar a mudança no padrão dos imóveis.

Luzia Neponucena estabeleceu o prazo de 10 dias, sob pena de multa diária de R\$ 3 mil em favor dos impetrantes, para que a

Semfaz emita os novos boletos, sem incidência de juros e multa, caso não haja atraso no pagamento. Os contribuintes também farão jus a descontos para o pagamento na nova data fixada.

Atualização - Conforme explica a magistrada, é proibido aos municípios atualizarem o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária. No caso dos proprietários do condomínio, que ingressaram na Justiça com o mandado de segurança, a juíza afirma que reajustar o referido tributo em mais de 100%, por esta via, além de abusivo, é completamente ilegal e cita a Súmula nº. 160 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determina que a majoração da base de cálculo do IPTU depende da elaboração de lei.

Na decisão, a juíza destaca não

Maís

- **No mandado** de segurança, os impetrantes classificam o aumento do valor do IPTU como abusivo e alegam que não existe qualquer motivo para o referido aumento, uma vez que desde a emissão do habite-se não foram feitas quaisquer obras estruturais no condomínio, além do prédio apresentar deterioração ocasionada pelo decurso do tempo.

ser possível, nem mesmo por decreto, atualizar o valor venal dos imóveis sobre os quais recaía a incidência ou majoração do imposto, com base em tabela (mapas de valores), salvo no caso de simples correção monetária, nos termos da referida súmula.

- **O desembargador** Marcelino Everton é o plantonista de 2º grau até domingo (15), que atende demandas urgentes nas esferas cível e criminal.

- **Petista** que virou comunista, não gostou e retornou ao PT, o sindicalista Aníbal Lins (Judiciário) será candidato a deputado federal pelo PT.
- **Aníbal Lins** deixa claro que, mesmo eleito, sua vitória só será completa se conseguir eleger também o senador Lobão Filho governador.

MP contesta reajuste de tarifa de ônibus

O MP acionou a Justiça ontem contestando a alta das tarifas de ônibus de São Luís. Para o órgão, o reajuste é abusivo por não corresponder ao serviço. **Cidades 2**

“Não houve qualquer tipo de melhoria no transporte público de São Luís que justifique o aumento tarifário. Nós esperamos que seja revogado o ato do prefeito que aumentou o valor das tarifas do transporte”

Litia Cavalcanti, promotora de Justiça da Defesa do Consumidor



MP entra com ação para revogar reajuste de tarifas de ônibus de SL

Promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcanti, afirma que não houve melhorias no sistema de transporte da cidade que justificassem o reajuste tarifário; promotora pede ainda que seja devolvido em dobro o valor das passagens pagas

Leandro Santos
Da equipe de **O Estado**

O reajuste no valor das tarifas dos ônibus que integram o sistema de transporte coletivo de São Luís pode estar com os dias contados. Na manhã de ontem, o Ministério Público do Maranhão (MP-MA) ingressou com uma ação judicial contestando o aumento de R\$ 0,30 no valor das passagens cobradas nos ônibus da cidade. O MP alega que o valor cobrado é abusivo e não corresponde aos serviços prestados pela Prefeitura, que tem a concessão das linhas de ônibus, e pelas empresas que exploram esse serviço na capital maranhense.

A ação judicial foi ingressada pela promotora de Justiça da Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcanti, na 2ª Vara da Fazenda Pública do Fórum Desembargador Sarney Costa. Com a ação, que também teve a colaboração dos promotores Tarcísio Bonfim e Cláudio Alencar, o MP-MA pretende revogar o recente aumento no valor das tarifas de ônibus da cidade, que entrou em vigor no domingo (8).

De acordo com Lítia Cavalcanti, o sistema de transporte coletivo da cidade não teve qualquer tipo melhoria significativa nos últimos anos. Por essa razão, segundo a promotora, o aumen-

to no valor das tarifas dos ônibus da capital maranhense é injustificável. Na ação ingressada na Justiça, Cavalcanti afirma que a situação atual do transporte coletivo de cidade consiste no resultado do somatório de anos de descasos pelo Poder Municipal. Ela afirma ainda que nunca as antigas administrações municipais priorizaram a mobilidade urbana da cidade.

Precariedade - A promotora diz ainda, na ação judicial, que o transporte coletivo da capital maranhense vem sobrevivendo de forma precária e quem sofre as gravíssimas consequências da irresponsabilidade da Prefeitura de São Luís é a população, que hoje se vê refém da péssima qualidade dos veículos, sendo obrigada a recorrer ao transporte clandestino.

No documento, a promotora faz um breve relato sobre o atual estado dos ônibus da cidade. Ela afirma que, segundo os dados da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT) referentes ao mês de maio deste ano, 20,8% da frota circulante está acima de 11 anos, enquanto 54,54% estão acima de cinco anos. A consequência desse fato, segundo Cavalcanti, são ônibus parados no meio das vias por falta de manutenção, causando congestionamentos e colocando em risco a segurança dos usuários.

“Não houve qualquer tipo de melhoria no transporte público

de São Luís que justifique o aumento tarifário. Nós esperamos que seja revogado o ato do prefeito que aumentou o valor das tarifas do transporte”, afirmou Lítia Cavalcanti. Além da revogação do reajuste das tarifas, a promotora pede ainda que seja devolvido em dobro o valor das passagens pagas indevidamente pelos usuários.

Reajuste - O reajuste tarifário ocorreu logo após a última greve de motoristas, cobradores e fiscais de ônibus da cidade e entrou em vigor no domingo (8). Com isso, os valores das passagens passaram de R\$ 1,30 para R\$ 1,60, de R\$ 1,60 para R\$ 1,90 e de R\$ 2,10 para R\$ 2,40.

O aumento no valor das tarifas era um pré-requisito para que os donos das empresas de transporte da capital maranhense atendessem as reivindicações dos rodoviários, que há mais de duas semanas estavam com as atividades paralisadas.

Durante as diversas rodadas de negociação entre patrões e empregados, a Prefeitura de São Luís, por diversas vezes, foi categórica em afirmar que não reajustaria o valor das tarifas de ônibus da capital maranhense. No entanto, a promessa não foi cumprida e o valor das passagens cobradas nos ônibus aumentou em R\$ 0,30, surpreendendo os usuários de transporte coletivo da cidade e causado a indignação de

aproximadamente 750 mil pessoas que dependem dos coletivos na capital maranhense.

Durante audiência de conciliação realizada entre rodoviários e empresários na sexta-feira (6), na sede do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão (TRT-MA), o titular da Secretaria Municipal de Trânsito e Transportes (SMTT), Canindé Barros, afirmou que o aumento no valor das tarifas foi necessário para fazer um equilíbrio no sistema de transporte público da cidade. O secretário afirmou ainda que, sem essa elevação das tarifas, seria impossível oferecer subsídios para o equilíbrio nas contas do sistema de transporte público, que têm um déficit de R\$ 7.425.000 atualmente.

O Estado entrou em contato com a Prefeitura de São Luís para obter uma posição do Município sobre a ação a que a promotora Lítia Cavalcanti deu entrada na Justiça para revogar o aumento no valor das tarifas de ônibus da cidade, mas até o fechamento desta edição nenhuma resposta foi obtida.

Saiba mais

Por causa do aumento no valor das tarifas, alguns protestos foram realizados na capital maranhense por pessoas que estavam insatisfeitas com o reajuste no valor das passagens. Na segunda-feira (9), estudantes realizaram protestos pela manhã e à tarde no centro da cidade para mostrar indignação com o reajuste das passagens. Já na terça-feira (10), estudantes realizaram um novo protesto, dessa vez no São Cristóvão.



Reajuste nas tarifas do transporte coletivo de São Luís é alvo de ação do Ministério Público e pode ser revogada

"50 ANOS DEPOIS"

Deputado Bira vai participar do Seminário 'Governos Militares'

O deputado estadual Bira do Pindaré (PSB) está na cidade de Esperantinópolis, onde participará nesta quinta-feira (11), como palestrante, do Seminário "Governos Militares: o Brasil 50 anos depois".

O parlamentar está na cidade a convite do juiz de Direito Rômulo Lago e Cruz, titular da Comarca do município, que ao lado dos alunos do Curso de História da UEMA, Polo Darcy Ribeiro, em parceria institucional com a Secretaria de Educação e Cultura de Esperantinópolis, organiza o evento.

De acordo com Fernando Melo, assessor do juiz, a iniciativa da realização do Seminário partiu da percepção de que estão havendo discussões apenas pontuais sobre o tema, mas que não tem alcançado o verdadeiro interessado: o povo, sobretudo o do interior maranhense.

Os debates ocorrerão em formato de painéis, mesas redondas e conferências. Também serão realizadas sessões de filmes no Fórum local que resgatem a triste época da Ditadura Militar, por exemplo, 'Lamarca', 'Batismo de sangue', 'O que é isso companheiro?'.
Também, ocorrerá um ato público na praça da cidade, sem conotação político-partidária, mas com a intenção de que o período da Ditadura Militar permaneça na lembrança dos cidadãos, para que os maranhenses não mais permitam o retrocesso.

O Seminário debaterá a temática nos dias 10 e 11 de junho, além do deputado Bira, foram convidados membros da classe política, jornalistas, historiadores, juristas e participantes de movimentos sociais, que participarão de mesas de discussão nesses dois dias.

Governo do Estado lança campanha "Maranhão com Nome e Sobrenome"

Fig. 12



Governo do Estado lança campanha "Maranhão com Nome e Sobrenome"

O ato foi marcado pela assinatura do Termo de Adesão ao Compromisso Estadual pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação de Acesso à Documentação Básica



Secretária Luiza Oliveira destaca a importância da campanha

A campanha "Maranhão com Nome e Sobrenome. O primeiro passo para seus direitos" foi lançada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), na tarde desta quarta-feira (11), na sede da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). Presentes, a secretária chefe da Casa Civil, Anna Graziella Costa, representando a governadora Roseana Sarney; e da secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira.

O ato foi marcado pela assi-

natura do Termo de Adesão ao Compromisso Estadual pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação de Acesso à Documentação Básica. O objetivo da campanha é direcionar mensagens de conscientização e importância do registro de nascimento para regiões onde estão concentradas as comunidades mais vulneráveis e distantes dos grandes centros, além de auxiliar os municípios no enfrentamento do problema.

Presentes, também, a secretária de Estado de Igualdade Racial, Claudeth Ribeiro; a de-

fensora geral do Estado, Mariana Albano; a juíza Oriana Gomes; a integrante do Comitê Estadual de Erradicação do Sub-registro, Roseane Pinheiro; o prefeito de Colinas, Antônio Carlos Pereira de Oliveira; a prefeita de Guimarães, Nilce Farias; além de representantes dos municípios como Mirinzal, São João do Sóter, Itapecuru-Mirim e São Bernardo do Rio Preto.

Durante a solenidade que contou com a apresentação do Coral de Idosos do Sesc, Vozes de Sabedoria, foram apresentadas as peças publicitárias que serão

utilizadas para divulgar a campanha, mostrando a importância da certidão de nascimento para garantir os direitos dos cidadãos.

COMPROMISSO - Na ocasião, foi assinado o Termo de Adesão ao Compromisso Estadual pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação de Acesso à Documentação Básica pela secretárias Luiza Oliveira, a Anna Graziella Costa e pelo prefeito de Colinas, Antônio Carlos Pereira de Oliveira, representando as demais prefeituras.

O prefeito de Colinas, Antônio Carlos parabenizou o governo estadual pela iniciativa. "Estamos aqui para participar desse momento de extrema importância para os cidadãos maranhenses, e aproveitando para parabenizar o governo por essa iniciativa. Nós vamos ter a possibilidade de identificar a todos e saber qual a população de crianças que temos em nossas cidades", lembrou.

A prefeita de Guimarães, Nilce Farias, destacou a importância de levar à possibilidade de registro civil as áreas mais distantes do estado. "Esse momento é impar para o nosso município, essa parceria é de grande importância para fazermos chegar esse direito as nossas áreas quilombolas, já que nosso município possui mais de vinte áreas quilombolas, fazendo com que nossa população tenha seus direitos atendidos", declarou.

AÇÃO

Polícia Civil prende seis pessoas

Uma operação realizada pela Polícia Civil culminou, ontem, no cumprimento de seis mandados de busca e apreensão domiciliar e na prisão em flagrante delito de Ailson dos Passos de Sousa, o "Nenca", de 37 anos; Daniele Cristina Silva Diniz, de 28 anos; Cristóvão Joaquim, o "Torrado"; Maria de Jesus Mendonça Lindoso, de 45 anos, e Dailton Lindoso Costa, de 26 anos, suspeitos de traficar drogas nos Povoados Arrebenta e Campina, no município de São João Batista.

Segundo informações policiais, as ordens judiciais foram expedidas pela juíza Jaqueline Rodrigues,

da Comarca de São João Batista.

De acordo com o delegado de São João Batista, Luciano Bastos, na residência de Ailson e Daniele, no Povoado Arrebenta, foram apreendidas 300 gramas de crack, 184 cabeças da mesma droga. Ailson já tem passagem pela polícia por tráfico de drogas e cumpria pena em regime semiaberto pelo mesmo delito na delegacia da cidade.

Conforme explicou o delegado, na casa de Cristóvão, a polícia encontrou um revólver calibre 38, uma espingarda, um revólver de fabricação caseira, munições de calibre 38.

Já na residência de Maria do

Carmo, situada no Povoado Arrebenta, os investigadores apreenderam 600 gramas de maconha e a quantia de R\$ 93. Segundo a polícia, durante a operação, um homem identificado como "Senhor" conseguiu se evadir do local. Ele seria marido de Maria do Carmo. E no imóvel de Dailton, localizado no Povoado Campinas, foram encontradas nove cabeças de crack e a quantia de R\$ 210.

Os suspeitos foram encaminhados para a delegacia de São João Batista e autuados pelos crimes de tráfico de drogas, associação para o tráfico e porte ilegal de arma de fogo. Eles ficarão

à disposição da Justiça.

A Polícia Civil continuará com as investigações a fim de prender o "Senhor".



**cabeças de crack
foram encontradas
com o bando**

DIREITOS HUMANOS

Registro ao alcance de todos

Governo lança campanha "Maranhão com Nome e Sobrenome". Intenção é garantir o registro civil a todos os maranhenses. Conscientização será feita em diversos municípios

A campanha "Maranhão com Nome e Sobrenome. O primeiro passo para seus direitos" foi lançada pelo governo do estado, por meio da Secretária de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), na tarde de ontem, na sede da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). Presentes, a secretária chefe da Casa Civil, Anna Graziella Costa, representando a governadora Roseana Sarney; e da secretária estadual de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira.

O ato foi marcado pela assinatura do Termo de Adesão ao Compromisso Estadual pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação de Acesso à Documentação Básica. O objetivo da campanha é direcionar mensagens de conscientização e importância do registro de nascimento para regiões onde estão concentradas as comunidades mais vulneráveis e distantes dos grandes centros, além de auxiliar os municípios



Prefeito de Colinas, Antônio Carlos, assina termo ao lado das secretárias Anna Graziella Costa e Luiza Oliveira

no enfrentamento do problema.

Presentes, também, a secretária estadual de Igualdade Racial, Claudeth Ribeiro; a defensora-geral do estado, Mariana Albano; a juíza Oriana Gomes; a integrante do Comitê Estadual de Erradicação do Sub-registro, Roseane Pinheiro; o prefeito de Colinas, Antônio Carlos Pereira de Oliveira; a prefeita de Guimarães, Nilce Farias; além de representantes dos municípios como Mirinzal, São João do Sóter, Itapecuru-Mirim e São Bernardo do Rio Preto.

A secretária Luiza Oliveira ressaltou a importância da iniciativa. "A campanha é de sensibilização, de educação para alertar as famílias que devem tirar os registros civis de nascimento quando as crianças nascem. Lembrando que esse documento é de extrema importância já que facilita o acesso à documentação básica como identidade, CPF entre outros documentos, além do acesso a programas sociais e também de escolaridade. Com a implantação das unidades interligadas neonatais nas maternidades nós estamos garantindo direitos para aquelas crianças que estão nascendo", explicou.



Estamos aqui para participar desse momento de extrema importância para os cidadãos maranhenses, e aproveitando para parabenizar o governo por essa iniciativa. Nós vamos ter a possibilidade de identificar a todos e saber qual a população de crianças que temos em nossas cidades

Antônio Carlos, prefeito de Colinas

A secretária estadual da Casa Civil, Anna Graziella Costa, ressaltou o caráter inclusivo da ação. "Esse é um projeto importantíssimo do governo do estado, executado pela Secretaria de Direitos Humanos, no sentido de trazer mais cidadania aos maranhenses recém-nascidos. Sem dúvida, esse é um projeto importante que garante a cidadania da população. Já foram realizados vários mutirões para facilitar o acesso a esse direito, foram 40, e faremos mais sete até o fim deste ano", disse.

Durante a solenidade que contou com a apresentação do Coral de Idosos do Sesc, Vozes de Sabedoria, foram apresentadas as peças publicitárias que serão utilizadas para divulgar a campanha, mostrando a importância da certidão de nascimento para garantir os direitos dos cidadãos.

Compromisso

Na ocasião, foi assinado o Termo de Adesão ao Compromisso Estadual pela Erradicação do Sub-registro

Civil de Nascimento e Ampliação de Acesso à Documentação Básica pela secretárias Luiza Oliveira, a Anna Graziella Costa e pelo prefeito de Colinas, Antônio Carlos Pereira de Oliveira, representando as demais prefeituras.

O prefeito de Colinas, Antônio Carlos parabenizou o governo estadual pela iniciativa. "Estamos aqui para participar desse momento de extrema importância para os cidadãos maranhenses, e aproveitando para parabenizar o governo por essa iniciativa. Nós vamos ter a possibilidade de identificar a todos e saber qual a população de crianças que temos em nossas cidades", lembrou.

A prefeita de Guimarães, Nilce Farias, destacou a importância de levar à possibilidade de registro civil as áreas mais distantes do estado. "Esse momento é ímpar para o nosso município, essa parceria é de grande importância para fazermos chegar esse direito as nossas áreas quilombolas, já que nosso município possui mais de vinte áreas quilombolas, fazendo com que nossa população tenha seus direitos atendidos", declarou.

Município de Açailândia tem que garantir consultas e exames a pacientes

Divulgação

O município de Açailândia deve providenciar exame de endoscopia digestiva alta (EDA) e atendimento médico nas áreas de otorrinolaringologia e neurologia para dois pacientes que recorreram à Justiça por não terem sido atendidos pela rede de saúde. A determinação é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença de 1º grau.

Em sua defesa o município alegou que, no caso do exame de EDA e da consulta com médico otorrino, ser da Justiça Federal a competência para conhecer e julgar a questão. Apontou a inexistência nos autos de qualquer prova da indispensabilidade do exame requerido.

Com relação à viabilização da consulta com neurologista, afirmou não haver provas de que foi buscada a via administrativa para marcação de consulta, ressaltando que a prioridade no atendimento vi-



Desembargador Cleones Cunha, relator do processo

olaria os direitos de outras pessoas com necessidades mais urgentes.

VOTO – O processo teve como relator o desembargador Cleones Cunha. De acordo com magistrado, no que se refere ao exame de EDA, o município não apresentou argumentos suficientes para afastar sua responsabilidade em garantir a saúde da popu-

lação.

Quanto à consulta com médico neurologista, o desembargador destacou o fato de a rede municipal de saúde dispor do profissional requisitado para realizar o procedimento, não havendo justificativa para que a determinação judicial deixe de ser cumprida. (Joelma Nascimento – Ass-com TJMA)

- Pioneiro na implantação do “depoimento especial” – serviço de escuta especial de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de crimes – o desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, José Daltoé Cezar, visitou o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), onde foi recebido por desembargadores da Corte.
- O magistrado é palestrante do “Curso de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes em Situação de Violência”, promovido pela Escola de Magistratura do Maranhão (ESMAM), do qual participam cerca de 30 juízes da infância e da juventude de todo o Estado.

MATÕES

MPMA obtém na Justiça tratamento fora do domicílio para adolescente

A pedido do Ministério Público do Maranhão (MPMA) a Justiça determinou, em 3 de junho, que o Município de Matões (a 467 km de São Luís) ofereça Tratamento Fora do Domicílio, com fornecimento de transporte, alimentação e hospedagem, a um adolescente que sofre de doença de Perthes, enfermidade degenerativa que pode comprometer a mobilidade. O paciente deve ser encaminhado, com acompanhante, à Rede Sarah de Hospitais de Reabilitação em Brasília.

A solicitação foi feita em

Ação Civil Pública subscrita, em 28 de maio, pela promotora de Justiça Patrícia Fernandes Gomes Costa Ferreira. A decisão liminar foi assinada pela juíza Raquel Araújo Castro Teles de Menezes.

O descumprimento da decisão poderá configurar crime de desobediência a ordem judicial, bem como multa diária de R\$ 10 mil, valor a ser revertido ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Consta nos autos, que a família do adolescente não dis-

põe de recursos para custear o deslocamento, a hospedagem e o tratamento. Além disso, em Matões não existe unidade de saúde especializada em ortopedia que ofereça tratamento adequado ao paciente.

No momento, o adolescente necessita de exames e acompanhamento clínico por tempo indeterminado. O pai dele procurou diversas vezes a Secretaria Municipal de Saúde para que seu filho fosse incluído no Programa Tratamento Fora do Domicílio – regulamentado por meio de portaria do Ministério

da Saúde – mas não obteve resposta. Por enquanto, a família tem se esforçado para pagar as despesas decorrentes do tratamento, mas os custos têm provocado desorganização financeira aos familiares do adolescente. “A patente omissão do Município de Matões causa sério risco à saúde do adolescente, pois sua enfermidade possui alto risco de gravidade e a interrupção de seu tratamento poderá até mesmo levá-lo à paralisia dos membros inferiores”, declarou, na ação, a promotora. (Ascom / MPMA)

AÇAILÂNDIA

Município terá de garantir consultas e exames a pacientes

O município de Açailândia (a 566 km de São Luís) deverá providenciar exame de endoscopia digestiva alta (EDA) e atendimento médico nas áreas de otorrinolaringologia e neurologia para dois pacientes que recorreram à Justiça por não terem sido atendidos pela rede pública de saúde.

A determinação é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença de 1º grau.

Em sua defesa o município alegou que, no caso do exame de EDA e da consulta com médico otorrino, ser da Justiça Federal a competência para conhecer e julgar a questão. Apontou a inexistência nos autos de qualquer prova da indispensabilidade do exame requerido.

Com relação à viabilização da consulta com neurologista, afirmou não haver provas de que foi buscada a via administrativa para marcação de consulta, ressaltando que a prioridade no atendimento violaria os direitos de outras pessoas com necessidades mais urgentes.

VOTO – O processo teve como relator o desembargador Cleones Cunha. De acordo com magistrado, no que se refere ao exame de EDA, o município não apresentou argumentos suficientes para afastar sua responsabilidade em garantir a saúde da população.

Quanto à consulta com médico neurologista, o desembargador destacou o fato de a rede municipal de saúde dispor do profissional requisitado para realizar o procedimento, não havendo justificativa para que a determinação judicial deixe de ser cumprida. (Ascom / TJMA)

Município tem que garantir consultas e exames a pacientes

O município de Açailândia deve providenciar exame de Endoscopia Digestiva Alta (EDA) e atendimento médico nas áreas de otorrinolaringologia e neurologia para dois pacientes que recorreram à Justiça por não terem sido atendidos pela rede de saúde. A determinação é da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), que manteve sentença de 1º grau.

Em sua defesa o município alegou que, no caso do exame de EDA e da consulta com médico otorrino, ser da Justiça Federal a competência para conhecer e julgar a questão. Apontou a inexistência nos autos de qualquer prova da indispensabilidade do exame requerido.

Com relação à viabilização da consulta com neurologista, afirmou não haver provas de que foi buscada a via administrativa para marcação de consulta, ressaltando que a prioridade no atendimento violaria os direitos de outras pessoas com necessidades mais urgentes.

O processo teve como relator o desembargador Cleones Cunha. De acordo com magistrado, no que se refere ao exame de EDA, o município não apresentou argumentos suficientes para afastar sua responsabilidade em garantir a saúde da população.

Quanto à consulta com médico neurologista, o desembargador destacou o fato de a rede municipal de saúde dispor do profissional requisitado para realizar o procedimento, não havendo justificativa para que a determinação judicial deixe de ser cumprida.

**Prefeitura de SL
terá que emitir
boletos de IPTU
com base nos
valores de 2013**

PÁGINA 2 [C1]

Prefeitura de SL terá que emitir boletos de IPTU com base nos valores de 2013

A juíza titular da 1ª Vara da Fazenda Pública, Luzia Madeiro Nepomucena, determinou que a Secretaria Municipal da Fazenda de São Luís (Semfaz) emita novos boletos de IPTU aos proprietários de apartamentos de um condomínio residencial no Bairro Olho D Água, levando em consideração os valores da base de cálculo do imposto de 2013.

A magistrada concedeu liminar em mandado de segurança impetrado pelos moradores que tiveram um aumento de mais de 100% no valor do imposto, sem que a Prefeitura tenha realizado qualquer estudo que comprovasse o aumento do valor venal dos imóveis.

Os moradores alegam que a Prefeitura atualizou os dados de todas as unidades do condomínio, localizado na Avenida dos Holandeses, passando a classificá-lo de padrão médio para alto, sem qualquer estudo, levantamento, parecer ou laudo para embasamento de tais modificações. Reclamam que a atualização dos dados baseou-se apenas em fotografia retirada da parte frontal do condomínio, o que, conforme os impetrantes, é insuficiente para comprovar a mudança no padrão dos imóveis.

Luzia Nepomucena estabeleceu o prazo de 10 dias, sob pena de multa diária de R\$ 3 mil em favor dos impetrantes, para que a Semfaz emita os novos boletos, sem incidência de juros e multa,

caso não haja atraso no pagamento. Os contribuintes também farão jus a descontos para o pagamento na nova data fixada.

Conforme explica a magistrada, é proibido aos municípios atualizarem o IPTU, mediante decreto, em percentual superior ao índice oficial de correção monetária. No caso dos proprietários do condomínio, que ingressaram na Justiça com o mandado de segurança, a juíza afirma que reajustar o referido tributo em mais de 100%, por esta via, além de abusivo é completamente ilegal e cita a Súmula nº. 160 do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determina que a majoração da base de cálculo do IPTU depende da elaboração de lei.

Na decisão, a juíza destaca não ser possível, nem mesmo por decreto, atualizar o valor venal dos imóveis sobre os quais recaia a incidência ou majoração do imposto, com base em tabela (mapas de valores), salvo no caso de simples correção monetária, nos termos da referida súmula.

No mandado de segurança, os impetrantes classificam o aumento do valor do IPTU como abusivo e alegam que não existe qualquer motivo para o referido aumento, uma vez que desde a emissão do habite-se não foram feitas quaisquer obras estruturais no condomínio, além do prédio apresentar deterioração ocasionada pelo decorso do tempo.

Desembargador Marcelino Everton responde pelo plantão do TJMA

O desembargador Marcelino Everton responderá pelo plantão judicial de 2º grau até domingo (15), conforme a Portaria 226/2014, assinada pela presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargadora Cleonice Freire. O período inclui o atendimento das demandas urgentes nas esferas cível e criminal, na tarde do dia 12 (quinta-feira), quando o expediente do Judiciário será das 8h às 12h, em função do primeiro jogo da seleção na Copa do Mundo.

Os servidores plantonistas de 2º grau são Raimundo Nonato Lima e José de Jesus Costa, que podem ser encontrados pelo telefone (98) 8815-8344.

O serviço de Plantão da Justiça de 1º Grau atende pelo telefone (98) 8802-1503.

Governo do Estado lança campanha "Maranhão com Nome e Sobrenome"

A campanha "Maranhão com Nome e Sobrenome. O primeiro passo para seus direitos" foi lançada pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania (Sedihc), na tarde de ontem (11), na sede da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz). Presentes, a secretária chefe da Casa Civil, Anna Graziella Costa, representando a governadora Roseana Sarney; e da secretária de Estado de Direitos Humanos, Assistência Social e Cidadania, Luiza Oliveira.

O ato foi marcado pela assinatura do Termo de Adesão ao Compromisso Estadual pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação de Acesso à Documentação Básica. O objetivo da campanha é direcionar mensagens de conscientização e importância do registro de nascimento para

regiões onde estão concentradas as comunidades mais vulneráveis e distantes dos grandes centros, além de auxiliar os municípios no enfrentamento do problema.

Presentes, também, a secretária de Estado de Igualdade Racial, Claudeth Ribeiro; a defensora geral do Estado, Mariana Albano; a juíza Oriana Gomes; a integrante do Comitê Estadual de Erradicação do Sub-registro, Roseane Pinheiro; o prefeito de Colinas, Antônio Carlos Pereira de Oliveira; a prefeita de Guimarães, Nilco Farias; além de representantes dos municípios como Mirinzal, São João do Sóter, Itapecuru-Mirim e São Bernardo do Rio Preto.

A secretária Luiza Oliveira ressaltou a importância da iniciativa. "A campanha é de sensibilização, de educação para alertar as famílias que devem tirar os registros

civis de nascimento quando as crianças nascem. Lembrando que esse documento é de extrema importância já que facilita o acesso à documentação básica como identidade, CPF entre outros documentos, além do acesso a programas sociais e também de escolaridade. Com a implantação das unidades interligadas neonatais nas maternidades nós estamos garantindo direitos para aquelas crianças que estão nascendo", explicou.

A secretária de Estado da Casa Civil, Anna Graziella Costa, ressaltou o caráter inclusivo da ação. "Esse é um projeto importantíssimo do Governo do Estado, executado pela Secretaria de Direitos Humanos, no sentido de trazer mais cidadania aos maranhenses recém-nascidos. Sem dúvida, esse é um projeto importante que garante a cidadania da população. Já

foram realizados vários mutirões para facilitar o acesso a esse direito, foram 40, e faremos mais sete até o fim deste ano", disse.

Durante a solenidade que contou com a apresentação do Coral de Idosos do Sesc, Vozes de Sabedoria, foram apresentadas as peças publicitárias que serão utilizadas para divulgar a campanha, mostrando a importância da certidão de nascimento para garantir os direitos dos cidadãos.

COMPROMISSO - Na ocasião, foi assinado o Termo de Adesão ao Compromisso Estadual pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e Ampliação de Acesso à Documentação Básica pela secretárias Luiza Oliveira, a Anna Graziella Costa e pelo prefeito de Colinas, Antônio Carlos Pereira de Oliveira, representando as demais prefeituras.

Depoimentos indicam que houve abuso de preços de combustível em São Luís

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Combustíveis ouviu mais quatro testemunhas, nesta terça-feira (10), na Assembleia Legislativa. Prestaram depoimentos os empresários Leopoldo Santos Neto, do posto Natureza; Antonio José Hiluy Nicolau, da rede Paloma; e os representantes das distribuidoras Ipiranga e Sabá, Vlademir Sérgio Berti (gerente de vendas) e Frederico Araújo Góis dos Santos (gerente executivo).

Segundo avaliação do presidente e deputado Othelino Neto (PCdoB), os dois representantes de distribuidoras confirmaram que a

variação de preços a cada revendedor, em São Luís, não é grande, o que torna mais estranho o fato dos preços dos postos de combustíveis serem coincidentes.

Outro detalhe curioso, segundo o presidente da CPI, é que, no depoimento, os representantes das distribuidoras disseram que o aumento máximo, em São Luís, girou entre 3 e 5 centavos e o preço repassado ao consumidor foi maior do que isso. "Então isso sugere que houve abuso no preço final", frisou Othelino Neto.

Já os empresários se limitaram em negar a existência de cartel ou combinação de preços em São Lu-

ís. Leopoldo Santos Neto, proprietário de cinco postos, disse que não há nivelamento e nem combinação de tabelas e que pratica valores que variam entre R\$ 2,95 e R\$ 2,99.

Habeas-corpus – Sob proteção de um Habeas Corpus, o empresário José Hiluy Nicolau, da rede Paloma, prestou um depoimento sem revelações, acompanhado do advogado Francisco Coelho. Resguardado pela Justiça, ele teve o direito de não assinar o termo de compromisso de testemunha, de se manter em silêncio, quando assim preferisse, e de não ser submetido a nenhuma medida privativa de liberdade ou restritiva.

Nicolau disse que pratica o preço mais alto do mercado porque a rede Paloma oferece serviços diferenciados e de qualidade aos clientes. Ele garantiu que nunca sofreu nenhum tipo de pressão para elevar o preço do combustível. Negou, como vários outros, a existência de cartel ou combinação. "Eu mesmo é que estipulo os meus preços com base na planilha de custos", afirmou.

Segundo o presidente da CPI, o trabalho da comissão vem sendo realizado a contento. Encerrada mais uma fase de oitivas, os deputados e assessoria técnica da Assembleia vão analisar os depoimentos, juntar documentos e avaliar se convocam ou reconvocam mais testemunhas ou se darão início à elaboração do relatório final que deve ser concluído em 45 dias.

"Vamos agora entrar em trabalho interno para estabelecermos os próximos passos que podem ser novas oitivas ou o início da elaboração do relatório", explicou Othelino Neto.

Garante Othelino que a redução do valor cobrado pelos combustíveis é uma questão de mercado, mas já é possível observar, em São Luís, que os preços do produto já estão caindo, depois que os trabalhos da Comissão iniciaram. De acordo com ele, postos que, em 8 de abril, trabalhavam com a gasolina a R\$ 2,99 hoje já estão com R\$ 2,94, R\$ 2,96, R\$ 2,95. "Isso já é resultado do trabalho da CPI e da reação da sociedade", frisou.